

Contribuições da ATEMPA e do SIMPA ao planejamento estratégico da Secretaria Municipal da Educação (SMED/POA)

A Associação dos Trabalhadores em Educação de Porto Alegre ATEMPA recebeu da SMED/POA o convite a participar do planejamento estratégico da gestão da pasta, assim como os trabalhadores da rede municipal de ensino, iniciativa que é por nós saudada, mas destacamos, inicialmente, que formulários online não são a melhor estratégia, tampouco o período, que coincide com as férias dos servidores. A educação escolar é uma ação coletiva, empreendida pelas escolas, e neste sentido, é fundamental que a construção de um planejamento não seja fruto de percepções individuais, mas do debate conjunto.

É fundamental, em um processo de planejamento, o diagnóstico analítico do ponto de partida. Neste sentido, destaca-se o imensurável prejuízo da educação municipal, considerando a rotatividade de secretários de educação da gestão anterior, quando quatro agentes políticos ocuparam a direção da pasta, sem um projeto educacional e sem articulação.

Outro ponto imprescindível é a gestão dos recursos financeiros. Durante a pandemia COVID 19, quando era extremamente necessário a aplicação dos recursos em tecnologias educacionais para minorar o prejuízo decorrente do fechamento das escolas, foi feito o contrário: não se utilizou sequer o percentual constitucionalmente obrigatório. Esse recurso, cuja aplicação obrigatória determinada por emenda constitucional deveria ocorrer nos anos seguintes, no caso de Porto Alegre, foi totalmente desviada de suas finalidades, em ações de corrupção, conforme revelado por investigação policial. Materiais superfaturados, de qualidade duvidosa, foram comprados com o intuito de favorecer financeiramente empresários e agentes públicos. As denúncias de direções de escola eleitas pelas comunidades escolares foram fundamentais na descoberta dessas ilícitudes. A falta de participação das unidades escolares na definição do uso dos recursos financeiros fez com que se agravasse a deterioração dos prédios escolares e a falta de investimento em concursos públicos e nomeações de servidores estatutários.

Destaca-se igualmente a falta crônica de recursos humanos, impedindo que fosse oferecido o ensino de forma regular e assim garantido o direito à educação. A falta de nomeação de concurso público e os contratos emergenciais, introduzidos na gestão do prefeito Marchezan, precarizaram o provimento, pois a cada término de contrato, decorre, a qualquer época do ano, a falta de professores, cuja substituição demora meses.

Neste sentido, nossa contribuição segue na demanda pelas pautas que apresentamos ao longo da gestão passada:

- Gestão democrática da educação municipal, com o fortalecimento do Conselho Municipal de Educação, dos conselhos escolares e a manutenção de eleição de direções, no entendimento de que são representantes das comunidades escolares no governo, garantindo a interlocução e o controle social;
- Reconhecimento dos conselhos escolares como órgão máximo de gestão da escola e processo permanente de participação da comunidade educacional na gestão;

- Transparência e probidade no uso dos recursos públicos, tendo como mínimos os índices determinados constitucionalmente, a partir das demandas apresentadas pelas comunidades escolares;
- Investimento na recuperação, reforma, manutenção e qualificação dos prédios escolares, garantindo acessibilidade plena, conforto térmico e espaços qualificados para a educação escolar;
- Investimento nos projetos pedagógicos das escolas, garantindo a expansão qualificada da educação integral;
- Provimento suficiente de recursos humanos, por concurso público, de trabalhadores em educação;
- Políticas intersetoriais de provimento de direitos, proteção e segurança aos estudantes e suas famílias, pois a educação escolar não tem a amplitude necessária para garantir as condições necessárias para um percurso escolar de sucesso;
- Implementação de sistema participativo de avaliação da educação municipal, conforme a Meta 7 do Plano Municipal de Educação;
- Garantia de realização de Congresso Municipal de Educação, com ampla participação da comunidade educacional, para definição das diretrizes para a educação municipal;
- Valorização dos trabalhadores em educação, com recuperação das perdas salariais, garantia de progressão na carreira, condições de trabalho, assistência à saúde, segurança no trabalho e formação continuada qualificada, atendendo às necessidades e características da educação municipal.

Essas são as contribuições/reivindicações da ATEMPA, elaboradas de forma conjunta com o Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (SIMPA) a serem contempladas no planejamento estratégico da SMED/POA, com os votos de uma gestão comprometida com a melhoria das condições de vida e da garantia dos direitos das comunidades escolares e com a nossa disposição de diálogo permanente.

Porto Alegre, 09 de janeiro de 2025.



Direção ATEMPA

Recebido em
09/01/2025



Direção SIMPA



Associação dos Trabalhadores em Educação
do Município de Porto Alegre

Ofício n.º 03 /2025

Porto Alegre, 09 de janeiro de 2025.

Senhor Secretário,

A ATEMPA (Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre) juntamente com o Fórum dos Conselhos Escolares encaminha proposta de Calendário 2025, com ajustes que considera relevantes para a garantia do atendimento aos alunos/as e que possibilita aos trabalhadores uma jornada mais adequada.

Seguem as modificações necessárias:

- aprovação de calendário com 200 dias letivos e não 203. Ao aprovar o calendário com 203 dias não teríamos margem de segurança para quaisquer eventualidades, como as climáticas, que têm ocorrido nos últimos anos;
- seis sábados letivos de 4 horas e não 8 de 3 horas. Assim teremos as mesmas 24 horas de trabalho;
- dois dias de jornada pedagógica e mais três dias de recesso em julho, para contemplar a margem de segurança;

Certos de contar com a compreensão, nos colocamos à disposição para dialogarmos sobre a construção de um calendário que conte com as necessidades das comunidades da rede municipal de Porto Alegre.

Atenciosamente,
Direção da Atempa

Recebido em
09/01/2025.

